

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

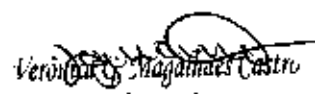
Processo nº 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra-afirmados, com endereço profissional em Salvador, constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, nos autos da ação movida por VALDOMIRO SILVA NUNES, vem, respeitosamente, **em atenção ao despacho de fl.**, manifestar-se acerca do laudo coligido aos autos.

Constatou o D. Perito que a lesão sofrida pelo Autor, decorrente de acidente de trânsito 11/08/2014, corresponde a invalidez no polegar esquerdo, que lhe resultou em invalidez de graduação total (100%).

Quando do pagamento administrativo, fora realizada perícia médica, onde se constatou a invalidez na mão esquerda suportada pelo Autor, graduando-a em 25% (vinte e cinco por cento), efetuou-se o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Ora, Exa., natural que, com o passar do tempo, as lesões ocasionadas com o acidente, e constatadas em parecer administrativo para a realização da indenização, sejam agravadas ou atenuadas, a depender do caso. À época da realização da perícia administrativa, o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com o percentual apurado pelo médico perito.

Admitir que, a qualquer tempo, venha a vítima requerer judicialmente complementação do pagamento administrativo efetuado naquela circunstância, seria admitir que, em caso de atenuação da lesão, a Ré cobrasse das vítimas beneficiárias o saldo remanescente correspondente à invalidez constatada na atualidade.


Verônica Magalhães Castro
Advogada
OAB/SE 4.168

ECT
Ag: 4239
ARACAJU
CNPJ.....: 06007933

COMPROVANTE E TELEGRAFOS

Advicento.: 19/10/2015 Hora: 10
Caixa.....: 69593605 Matrícula
Lancamento.: 111 Atendimento
Modalidade.: A Vista

DESCRICAO	QTD.	PRECO
SERVICO PROTOCOLO P	1	17,30
Valor do Porte(R\$)...	17,30	
Cep Destino: 49540-000 (SE)		
Peso real (KG).....:	0,047	
Peso Tarifado:.....:	0,047	
OBJETO.....: D.037135584BR		
Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)		
N Processo:	201502200011	
Orgao Destino:	SE	



Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	17,30
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	17,30

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6530/78

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.

VIA-CLIENTE

SARA 7.2.00

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

Processo nº 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra-afirmados, com endereço profissional em Salvador, constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, nos autos da ação movida por VALDOMIRO SILVA NUNES, vem, respeitosamente, **em atenção ao despacho de fl., manifestar-se acerca do laudo coligido aos autos.**

Constatou o D. Perito que a lesão sofrida pelo Autor, decorrente de acidente de trânsito 11/08/2014, corresponde a invalidez no polegar esquerdo, que lhe resultou em invalidez de graduação total (100%).

Quando do pagamento administrativo, fora realizada perícia médica, onde se constatou a invalidez na mão esquerda suportada pelo Autor, graduando-a em 25% (vinte e cinco por cento), efetuou-se o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Ora, Exa., natural que, com o passar do tempo, as lesões ocasionadas com o acidente, e constatadas em parecer administrativo para a realização da indenização, sejam agravadas ou atenuadas, a depender do caso. À época da realização da perícia administrativa, o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com o percentual apurado pelo médico perito.

Admitir que, a qualquer tempo, venha a vítima requerer judicialmente complementação do pagamento administrativo efetuado naquela circunstância, seria admitir que, em caso de atenuação da lesão, a Ré cobrasse das vítimas beneficiárias o saldo remanescente correspondente à invalidez constatada na atualidade.

Há de se asseverar que o sinistro ocorrera ao ano de 2014, há aproximadamente um ano da realização da perícia judicial, e as sequelas provocadas pelo acidente dependem exclusivamente da vítima se submeter ao tratamento médico necessário para que sejam atenuadas ao decorrer do tempo. Não pode a Seguradora ser responsabilizada pelo agravamento da invalidez suportada ao longo do tempo, quando não se pode comprovar que a vítima se submeteu a todos os tratamentos necessários para a melhora do seu quadro clínico.

Portanto, a quitação dada pela parte Autora, na esfera administrativa, não carrega qualquer vício que indique a sua nulidade e, desta forma, permanece plenamente eficaz, sobretudo considerando que tal ato jurídico, por ser perfeito, deve contar com a segurança jurídica que lhe é afeta.

Todavia, acaso assim não entenda o D. Juiz, há de se asseverar que, ao qualificar e quantificar a lesão suportada pelo Autor constatada pelo D. Perito, tem-se calculada a indenização que entende ser devida nos moldes do art. 3º, §2º da Lei 6194/74:

Teto aplicável à época do sinistro x enquadramento na tabela x percentual da perda apurado

Entendeu o D. Perito que todas as lesões suportadas pelo Autor que lhe acarretaram invalidez foram referentes a lesão no polegar esquerdo, a serem apuradas da seguinte forma:

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar – 25%

Em resposta aos quesitos, graduou a lesão em 100% (total). Considerando-se o valor do teto legal aplicável e os parâmetros apontados pelo D. Perito, tem-se o seguinte cálculo:

$$(R\$ 13500,00) \times (25\%) \times (100\%) = R\$ 3375,00$$

Assim, acaso devida alguma indenização a título de complementação do seguro DPVAT, o que não se acredita, esta não deve ultrapassar ao valor de R\$ 1012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos), correspondente ao valor que entende devido o D. Perito (R\$ 3375,00), subtraído do valor pago administrativamente (R\$ 2362,50).

Ante o exposto, pugna pela total improcedência da ação, haja vista que o pagamento administrativo fora efetuado de acordo com a invalidez suportada pelo Autor à época do acidente.

Todavia, acaso entenda o D. Juiz haver alguma complementação a título de indenização do seguro DPVAT por invalidez, ainda que já paga a quantia administrativa de **R\$ 2362,50**, à época da ocorrência do sinistro, esta complementação, se devida for, não deve ultrapassar o valor **de 1012,50 (mil e doze e cinquenta centavos)**, considerando-se a quantia que entende o D. Perito devida (R\$ 3375,00) abatida pelo valor já pago administrativamente à época da ciência do sinistro (R\$ 2362,50).

Importa solicitar que, doravante, todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira, OAB/SE 918-A**, devidamente constituído na procuração em anexo, sob pena de nulidade insanável.

Pede deferimento.
Aracaju, 19 de outubro de 2015.

Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/SE 918-A

Liziane Dourado Rios da Silva
OAB/BA 31.560



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro

SENTENÇA

Gerada em
06/06/2016
16:26:35

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência N. SRª APARECIDA	Ofício Único
Julgamento 02/06/2016	Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SRª APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Réu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Valdomiro Silva Nunes, alhures qualificado, por intermédio de advogado legalmente constituído, intentou, neste juízo, a presente Ação de Cobrança de Diferença de seguro DPVAT, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, também já devidamente qualificada nos autos em epígrafe.

Ad sumam, alega a parte autora que é beneficiária dos valores referentes às indenizações do seguro DPVAT em razão de acidente automobilístico que sofreu. Sustenta que recebeu indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Pleiteia a majoração do *quantum* indenizatório.

Com a inicial, juntou os documentos de fls. 10/15.

Devidamente citada, a seguradora apresentou resposta em forma de contestação (fls. 20/28). Preliminarmente, suscitou a inépcia da inicial e a falta de interesse de agir. No mérito, sustenta a aplicação da Lei nº 11.945/2009 e a necessidade de realização de perícia técnica. Ao final, pugnou pela improcedência da demanda.

Acostou documentação (fls. 29/50).

A parte autora, instada a se manifestar acerca da contestação, apresentou réplica às fls. 52/54.

Às fls. 61/62 despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelo requerido, sendo, em sequência, determinada a realização da perícia.

Apresentado Agravo Retido às fls.63/66 pela demandada.

Às fls. 71/76 fora acostado o laudo técnico pericial.

Intimadas as partes para se manifestarem acerca do laudo pericial, a parte autora apresentou manifestação às fls. 78 e a parte ré às fls. 79/81.

Recebido Agravo às fls. 85, as contrarrazões foram acostadas às fls. 87.

Passo a fundamentar e decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A) Do Julgamento conforme o Estado do Processo

Acerca da necessidade de dilação probatória, notadamente no que diz respeito à produção de prova em audiência de instrução, tem-se que o presente feito se encontra apto a receber, já neste momento, apreciação quanto ao seu mérito.

Assim sendo, nos termos do art. 355, inc. I do CPC,/2015 tem-se que o processo deve ser julgado no estado em que se encontra.

Consoante fls.61/62, as preliminares arguidas em contestação já foram enfrentadas, restando preclusa a decisão saneadora diante da ausência de insurgência recursal em face do não acolhimento das teses defensivas.

C) Do Mérito

Quanto ao mérito, a discussão cinge-se ao *quantum* devido a título de indenização do seguro obrigatório – DPVAT.

Como é consabido, o DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, às vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

A ocorrência do acidente que vitimou o requerente, em 11/08/2014, encontra-se estampada nos documentos de fls.14/15. Ademais, sequer constituiu fato controverso entre as partes.

O art. 5º da Lei nº 6.194/74 prevê que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Requisitos esses atendidos no caso concreto.

Os valores da indenização estão previstos no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Isto porque resta aplicável a nova redação do artigo 3º da referida Lei nº 6.194/74, determinada pela Medida Provisória 451/08, a qual foi convertida na Lei nº 11.945/09, visto que o sinistro ocorreu em 2014, ou seja, em data posterior à vigência da alteração legislativa.

No que tange à constitucionalidade do art. 8º da Lei nº 11.482/2007 e 11.945/2009, interessante esclarecer que não há um fundamento concreto para se defender qualquer violação aos preceitos constitucionais, em especial ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois a referida lei fixa um valor máximo para a indenização do seguro DPVAT, sobretudo para os casos em que tal quantia não se apresenta irrisória ou desproporcional ao objetivo a que se destina. Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial:

Apelação Cível - Cobrança de diferença de indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT) - Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07 porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de morte - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o estabelecido na Lei - Recurso conhecido e provido - Decisão Unânime. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 4870/2010, 15ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, RELATOR, Julgado em 10/05/2011).

AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT - VALOR DA INDENIZAÇÃO - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - ÉPOCA DO SINISTRO - LEI N. 11.482/2007 - CONSTITUCIONALIDADE. Tratando-se de ação de cobrança de complementação de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o valor da indenização devida em razão de acidente ocorrido em agosto de 2007, após a edição da Lei n. 11.482/2007, fica limitado a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º da referida legislação, cuja constitucionalidade ora se reconhece. (Apelação Cível 1.0095.08.003407-7/001. Rel. Des. Alvimar de Ávila. 12ª C. Civ do TJMG. DJ. 20/07/2009).

Ademais, com o advento da Súmula n.º 474 do STJ, a graduação da lesão tornou-se necessária:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

Deste modo, a apuração do grau da invalidez mostra-se indispensável, nos termos do artigo 3º, §1º, da Lei n.º 6.194/74:

§ 1 No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

Outro não é o norte apontado por remansosos julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória n.º 451/2008, posteriormente convertida na Lei n.º 11.945/2009. Súmula 474 do STJ. Necessidade de graduação da invalidez, independentemente da data do sinistro. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Hipótese em que a parte autora faz jus ao recebimento da indenização securitária correspondente ao percentual de invalidez apurado na perícia judicial. Sentença modificada. CORREÇÃO MONETÁRIA Incidência da correção monetária desde a data do sinistro. APELO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO

MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70052879566, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 18/01/2013).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. Afigura-se indispensável a perícia técnica, tanto para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório, conforme Súmula 474 do e. STJ, quanto para estabelecer o nexo causal entre o acidente e a invalidez decorrente. Necessidade de oportunizar às partes a dilação probatória. Sentença desconstituída. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA, DE OFÍCIO, PREJUDICADA A APELAÇÃO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70052874625, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 17/01/2013).

Realizada a perícia médica, foi constatada a invalidez permanente, parcial e completa (25%) com o deficit de mobilidade do polegar esquerdo, consoante laudo às fls. 72/76.

Insta frisar que o perito efetuou o correto enquadramento da lesão nas situações descritas na Lei nº 11.945/2009.

Segundo se depreende do laudo pericial, a invalidez ocasionada pelo acidente ao autor é permanente parcial e completa. De acordo com o § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei nº 6.194/74, para que se verifique o *quantum* indenizável é necessário:

“I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)”

Com efeito, apurado o grau de invalidez no laudo pericial, deve a indenização ser calculada sobre o percentual da tabela anexada à Lei nº 11.945/09, que prevê a indenização máxima no percentual de 25% para os casos de perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar.

Assim temos: (Teto x percentual de enquadramento) = valor da indenização, ou seja, (13.500,00 x 25%) = R\$ 3.375,00, em razão da invalidez permanente, parcial e completa, que atingiu o polegar esquerdo do autor.

Logo, sendo o valor da indenização prevista em lei de R\$ 3.375,00, e tendo sido pago na esfera administrativa o valor de R\$ 2.362,50 o autor faz jus a complementação do valor do seguro DPVAT (R\$ 3.375,00 - R\$ 2.362,50 (valor já recebido, conforme documento de fls. 10). Faltam ainda a importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos).

Assim, resta à Seguradora complementar o valor da indenização, diante do grau de invalidez constatado no laudo pericial, em decorrência do acidente de trânsito sofrido pelo requerente, conforme cálculos acima.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos) a Valdomiro Silva Nunes, a título de complementação de indenização.

Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, e juros de 1% (um por cento ao mês).

Condeno a Seguradora requerida ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência que arbitro no valor de 20% da condenação, a teor do disposto no artigo 85, §1º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitado em julgado, não existindo outros requerimentos, certifique-se e arquivem-se os autos.

Ribeirópolis/SE, 20 de Maio de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juíza de Direito

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juiz(a) de Direito

VALENÇA

ADVOGADOS

FORTALEZA | JOÃO PESSOA | RECIFE | RIO DE JANEIRO | SALVADOR | SÃO LUÍS | SÃO PAULO

SALVADOR | BA

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

www.valencaadvogados.com.br

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

CÓPIA

Número do Processo: 201482200371

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual contendem com **JOSE APARECIDO BARRETO**, vem, tempestivamente, por seus advogados, que a presente subscrevem, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face da decisão proferida por este Juízo, publicada em 06/06/2016, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem.

I - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA TEMPESTIVIDADE:

Os presentes embargos encontram fundamento no art. o art. 535, do Código Processual Civil, abaixo transcrito:

Art. 535 - Cabem embargos de declaração quando: (Alterado pela L-008.950-1994)
I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

São tempestivos os presentes embargos, visto que a decisão ora embargada fora publicada no dia 06/06/2016, iniciando-se a contagem do prazo em 07/06/2016, apresentando-se portanto tempestivos os embargos aqui opostos.

II - DO FUNDAMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS - DA OMISSÃO NO R. DECISUM:

Trata-se a presente demanda de pedido de complementação da indenização por invalidez permanente pelo Seguro DPVAT, em decorrência de acidente de trânsito.

Após a instrução processual, o douto Julgador, entendeu pela procedência em parte do pedido, nos seguintes termos:

" Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da

Advogada
OAB/SE 4.168

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD

ARACAJU - SE
CNPJ....: 06009958000120 Tel.:-
Ins Est.: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 06/06/2016 Hora.....: 17:24:45
Caixa.....: 75710743 Matrícula.: 8640*****
Lancamento.: 007 Remetente.: 00073
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1152555688

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SERVIÇO PROTOCOLO P	1	18,70*

Valor do Porte(R\$)....: 18,70

Cap Destino: 49540-000 (SE)

Peso real (KG).....: 0,043

Peso Tarifado:.....: 0,043

Objeto.....: S00077028568R

Obj Postado após horário lim post ag. DH (

Depois da Hora)

Num. Documento.: :

N Processo:201482200371

Orgao Destino:SE

Valor Declarado nao solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

TOTAL(R\$)=====>	18,70
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	18,70

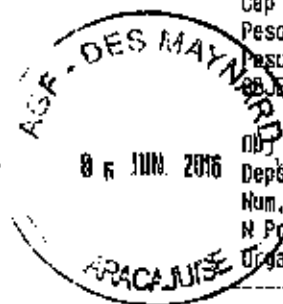
Obj Postado após horário lim post ag. DH (

Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regiões Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e
Reclamações:08007250100-www.correios.com.br

VIA-CLIENTE SARA 7,4,03



EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE.

Número do Processo: 201582200011

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual contendem com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, tempestivamente, por seus advogados, que a presente subscrevem, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face da decisão proferida por este Juízo, publicada em 06/06/2016, pelos motivos fáticos e jurídicos que seguem.

I - DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DA TEMPESTIVIDADE:

Os presentes embargos encontram fundamento no art. 535, do Código Processual Civil, abaixo transcrito:

Art. 535 - Cabem embargos de declaração quando: (Alterado pela L-008.950-1994)

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

São tempestivos os presentes embargos, visto que a decisão ora embargada fora publicada no dia 06/06/2016, iniciando-se a contagem do prazo em 07/06/2016, apresentando-se portanto tempestivos os embargos aqui opostos.

II - DO FUNDAMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS – DA OMISSÃO NO R. DECISUM:

Trata-se a presente demanda de pedido de complementação da indenização por invalidez permanente pelo Seguro DPVAT, em decorrência de acidente de trânsito.

Após a instrução processual, o douto Julgador, entendeu pela procedência em parte do pedido, nos seguintes termos:

“ Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 11.842/2007, a qual alterou a Lei nº 6.194/74, e por tudo mais que dos autos consta, Julgo PROCEDENTE, em parte, os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, para condenar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT ao pagamento da

importância de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos) a Valdomiro Silva Nunes, a título de complementação de indenização. Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, **e juros de 1 (um por cento ao mês)**. Condeno a Seguradora requerida ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência que arbitro no valor de 20 da condenação, a teor do disposto no artigo 85, §1º do CPC...”

Contudo, restou omissa a sentença no que diz respeito à data da incidência de juros.

Data máxima vênia, necessária se faz a apresentação dos aclaratórios, a fim de sanar a OMISSÃO anteriormente mencionada.

Eis que, os juros moratórios são considerados devidos, quando muito, a partir da citação inicial, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil. Ainda, este é o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

“SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Desta forma, ante a clara omissão da sentença em relação à data termo inicial dos juros de mora, **pugna novamente sejam acolhidos os presentes Embargos, a fim de sanar o vício existente, tendo como termo inicial a data da distribuição da ação.**

3. DO REQUERIMENTO

Ante o exposto requer a EMBARGANTE que sejam devidamente recebidos e processados os presentes Embargos de Declaração, **sanando a omissão apontada pela demandada.**

Por fim, importa **solicitar** que, doravante, todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira, OAB/SE 918-A,** **devidamente constituído no substabelecimento em anexo, sob pena de nulidade insanável.**

Pede deferimento.
Aracaju, 06 de junho de 2016.

Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/SE 918-A

Liziane Dourado Rios da Silva
OAB/BA 31.560



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Gerada em
27/07/2016
13:40:59

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência Nossa Senhora Aparecida
Julgamento 02/06/2016	Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015

Dados da Parte

AUTOR	VALDOMIRO SILVA NUNES 58802207534	Advogado: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT 09248608000104	Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Processo nº: 201582200011

DECISÃO

Vistos, etc.

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos pela parte requerida, a fim de ver sanada omissão existente na Sentença de fls. 88/91 proferida por este Juízo, em relação a não manifestação acerca do termo inicial de incidência de juros moratórios.

É o relatório. Passo a decidir.

A teor do art. 1.022 do CPC/2015, tal recurso é cabível quando:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Da simples leitura do dispositivo legal transcrito, infere-se que o pedido aclaratório pressupõe a existência de obscuridade e/ou contradição e/ou omissão no comando judicial e/ou erro material.

Sob tais prismas, analiso os pleitos da embargante.

Analisando a Sentença de fls. 88/91, constato que prospera o pleito quanto à omissão no que se refere ao termo inicial de incidência de juros moratórios, já que nada foi informado acerca do referido e a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a partir da citação da seguradora é que se dá o termo inicial para a contagem dos juros de mora decorrentes da indenização do seguro obrigatório DPVAT, conforme Súmula 426, verbis: "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

Diante do esposado, **CONHEÇO** dos embargos de declaração e os **PROVEJO** para que, o segundo parágrafo do dispositivo da Sentença de fls. 88/91, passe a ter a seguinte redação:

"Com relação à correção monetária (INPC), deve incidir desde a data do pagamento incompleto, qual seja, 29/09/2014, e juros de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação, nos termos da Súmula 426 do STJ. "

Mantenho inalterados os demais pontos da Sentença ora embargada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se.

Em, 21 de Julho de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juíza de Direito

ID

Ana Lúgia de Freitas Soares Alexandrino

Juiz(a) de Direito

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41870-174
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-180
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

CÓPIA

Processo n.º 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (um mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.


Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

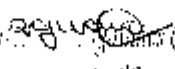
Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/SE 918
CNPJ 13.560-4
DATA: 01/08/16


Juiz da
OAB/SE 4.108

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD

ARACAJU - SE
CPF: 06009958800128 Tel: -
Ins Est: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento: 15/08/2016 Hora: 11:41:04
Caixa: 76851564 Matrícula: 6640*****
Lancamento: 015 Atendimento: 00015
Modalidade: P Vista ID Fiquete: 1183506584

DESCRIÇÃO	QTD.	PRECUNIT
SERVICO PROTOCOLO P	1	18,70
Valor do Porte(R\$):	18,70	
Org Destino: 49E40-000 (SE)		
Peso real (KG):	0,150	
Peso Tarifado:	0,150	
OBJETO: SN6201937749R		

Num. Documento: -
N Processo: 20158220604
Orgao Destino: SE



Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

TOTAL(R\$)=====> 18,70
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 18,70

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 8539/78

De 28/07 a 18/08, período das Olimpíadas,
o prazo de entrega está ampliado de/para a
região metropolitana do Rio de Janeiro.

VIA-CLIENTE SARA 7,5.03

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-380
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

Processo n.: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (hum mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.

Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 13.923
OAB/MA 15.569-A
OAB/SE 918-A

**DJO - Depósito Judicial Ouro**

			Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 11-08-2016	Nº DA GUIA 10944827	NUMERO DO PROCESSO 201582200011		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0				



CÁLCULOS CONDENÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69

 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE	Protocolo de Envio de Procuração								
Enviado para N. SRª APARECIDA									
<p>OAB: 918#A#SE Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA Nº do Protocolo: 20160825095900431 Nº do Processo: 201682200317 Data de Envio: 25/08/2016 09:59 AM Tipo de documento: Procuração - Vinculação de advogado ao processo.</p> <p>PROTOCOLO PENDENTE!!!</p>									
<table border="1"><thead><tr><th data-bbox="319 734 790 772">Descrição</th><th data-bbox="790 734 1252 772">Anexo</th></tr></thead><tbody><tr><td data-bbox="319 772 790 840">Petição</td><td data-bbox="790 772 1252 840">1480453 - MANIFESTAÇÃO - REITERAR PAGAMENTO.pdf</td></tr><tr><td data-bbox="319 840 790 873">Procuração</td><td data-bbox="790 840 1252 873">SEGURADORA LÍDER.pdf</td></tr><tr><td data-bbox="319 873 790 934">Petição</td><td data-bbox="790 873 1252 934">1480453 PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO.pdf</td></tr></tbody></table>		Descrição	Anexo	Petição	1480453 - MANIFESTAÇÃO - REITERAR PAGAMENTO.pdf	Procuração	SEGURADORA LÍDER.pdf	Petição	1480453 PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO.pdf
Descrição	Anexo								
Petição	1480453 - MANIFESTAÇÃO - REITERAR PAGAMENTO.pdf								
Procuração	SEGURADORA LÍDER.pdf								
Petição	1480453 PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO.pdf								

[imprimir](#)

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA - SERGIPE**

Processo n. 201682200317

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, empresa seguradora inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litigam com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, também qualificada nos autos, vem, por sua advogada abaixo assinada, com endereço profissional constante no timbre, onde deverá receber intimações de praxe sob pena de nulidade processual, apresentar **MANIFESTAÇÃO**, com fulcro no que se segue:

I - DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do **Bel. Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na OAB/SE sob o nº 918- A, sob pena de arguição de nulidade processual.

II – DO EFETIVO PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO:

Em atenção ao despacho publicado em 23/08/2016, cumpre esclarecer que no dia 15/08/2016 a Seguradora/Demandada realizou a juntada de comprovante de pagamento de condenação nos autos do processo originário (nº 201582200011) no valor de **R\$ 1.710,69 (hum mil, setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)** de acordo com a apuração do cálculo em anexo.

Nessa toada, segue a guia de DJO para comprovação do pagamento realizado:



DJO - Depósito Judicial Ouro

Nº DA PARCELA 0			DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233
DATA DA GUIA 11-08-2016		Nº DA GUIA 10944827	NÚMERO DO PROCESSO 201582200011		TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO		DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER				TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES				TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0					



Dessa feita, a Seguradora ora peticionante reitera a petição protocolada em 15/08/2016, oportunidade em que houve o adimplemento da condenação.

Ante o exposto, conclui-se que o valor da condenação estabelecida foi totalmente adimplido, razão pela qual requer que seja expedido Alvará em favor da parte autora no montante de R\$ 1.710,69 (hum mil, setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos).

Todavia, acaso este MM juízo indique eventual saldo remanescente, ante o pagamento espontâneo da condenação, solicita que esta Seguradora seja intimada previamente para quitá-lo, antes de determinada realização de penhora.

Deste modo, uma vez satisfeita a obrigação resultante da demanda por parte da acionada e após o levantamento do alvará pela parte autora, solicita o arquivamento dos autos, com baixa definitiva nos registros, expedindo-se, por consequência, a certidão respectiva.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 25 de agosto de 2016.

RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 43.925
OAB/MA 13.569-A
OAB/SE 918-A

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41870-174
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-180
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

CÓPIA

Processo n.º 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (um mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.


Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

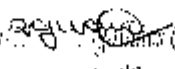
Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/SE 918
CNPJ 13.560-4
DATA: 01/08/2016


Juiz
OAB/SE 4.108

EC: - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
 AG: 423917 - AGF DESENHADOR MAYNARD

ARACAJU
CNFJ...: 06009968000128 Tol.:-
Ins Est.: 271388225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 15/08/2016 Hora.....: 11:41:04
Caixa.....: 76851564 Matrícula.: 6640*****
Lancamento.: 015 Atendimento.: 00013
Modalidade.: P Vista ID Fiquete.: 1183506684

DESCRIÇÃO	QTD.	PRECIZADO
SERVICO PROTOCOLO P	1	18,70
Valor do Porte(R\$)...	18,70	
Dep Destino: 49E40-000 (SE)		
Peso real (KG).....	0.150	
Peso Tarifado:.....	0.150	
OBJETO:.....	SN620193744R	

AGF - DE 15

Num. Documento.:
N Processo: 20158220004
Orgao Destino: SA

Valor Declarado pelo solicitador(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

```

TOTAL(R$)=====>          18,70
VALOR_RECEBIDO(R$)=>       19,70

```

SERV. ADSTATS: DIREITOS E DEVERES-LEI 5538/78

De 28/07 a 18/08, período das Olimpíadas, o prazo de entrega está ampliado de/para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

VIA-CLIENTE SARA 7.5.03

VALENÇA

ADVOGADOS

SALVADOR | SÃO LUÍS

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

Av. dos Holandeses, 03 | Calhau
Quadra 33 | Sala 308 | CEP: 65071-380
Tel.: 55 (98) 3194.4279 | Fax: 3227.4948

www.valencaadvogados.com.br

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) RELATOR (A) DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA-SE

Processo n.º: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual litiga com **VALDOMIRO SILVA NUNES**, vem, por seus advogados, que a presente subscrevem, requerer a juntada do comprovante de depósito judicial em anexo, no importe de **R\$ 1.710,69 (hum mil setecentos e dez reais e sessenta e nove centavos)**, para fins de pagamento de condenação, consoante cálculos ora juntados.

Requer seja a parte autora intimada, para levantamento dos valores depositados. Seguidamente, satisfeita obrigação decorrente da condenação judicial, pugna-se pelo arquivamento deste processo.

Na hipótese de ocorrer pedido de pagamento de saldo remanescente, apresentado pela parte adversa, requer seja a Seguradora intimada para manifestação e quitação, sem necessidade de realização de penhora.

Por fim, importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do Bel. **Rodrigo Ayres Martins de Oliveira**, regularmente inscrito na **OAB/SE** sob o nº **918- A**, sob pena de arguição de nulidade processual.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 12 de agosto de 2016.


RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 13.923
OAB/MA 15.569-A
OAB/SE 918-A

**DJO - Depósito Judicial Ouro**

			Nº DA CONTA JUDICIAL 700112647233	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 11-08-2016	AGÊNCIA (PREF/DV) 3611-0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 11-08-2016	Nº DA GUIA 10944827	NUMERO DO PROCESSO 201582200011		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA NOSSA SENHORA APARECIDA		ORGÃO/VARA JUIZO DE DIREITO	DEPOSITANTE REU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1.710,69
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER			TIPO PESSOA JURÍDICA	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE VALDOMIRO SILVA NUNES			TIPO PESSOA FÍSICA	CPF/CNPJ 588.022.075-34
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 29C833D8B7E982E0				



CÁLCULOS CONDENAÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o n. 43.925 e OAB/MA sob o n. 13.569-A; **CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o n. 41.911 e OAB/MA sob o n. 13.951-A; **CARLA DA PRATO CAMPOS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n. 156.844, TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA VALENÇA ADVOGADOS com o escritório na Avenida dos Holandeses, nº 03, Galeria Appiani, quadra 33, sala 306, Calhau, CEP 65.071-380, São Luís – MA; aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo



e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015.

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17^o Ofício de Notas
DA CAPITAL

Telefone: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 85 - Centro - RJ de Janeiro - RJ - Tel: 21674301

000674
20521272

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e
CLAUDIO MENDES LADEIRA (000000294E66)

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2015. Conf. por:

Em testemunho _____ da verdade.

Serventia : 9.18
36% IJFUNDOS : 3.24
Total : 12.42

PHILIA CRISTINA ASSIS DE ALMEIDA AUI
ENX-73057 DXY, ENX-73068 DLB

Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitapublico>

7.18
3.24
12.42

17º OFÍCIO DE NOTAS-PJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
Escritório
C/PA nº 40002 - Maré 06677 MF
Art. 20 § 1º Lei 8.95/94

17º Ofício de Notas
CIVIL
Tabelião Carlos Alberto Pinheiro Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800
AUTENTICADO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel
original que foi apresentado. Cod: X00000265978. Conf. por
Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2015.
Serventia
32.349.005
total
PÚBLICA CRISTINA A.D. BERNARDINI
ELEX-94557/100 Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

000674
ANEXO 04

Paula Cristina
A. D. Gaspar
Encarregada
C/33 e 3002
C/33 e 3002

CARTÓRIO DO 1º
OFÍCIO DE NOTAS



CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS

Geovani Alves
Cerveja
Esportiva
CPIS nº 6918
RUA SERRA DE RU
Nº 2015 - JARDIM

DECLICHÉ NOTAS

(21) 27174141

220-23598 Oito cartões em hipocresia, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 261

Companhia; 2) Ademar e Paraguito Ltda do art. 16 do Estatuto Social da Companhia; 3) Armar de Siqueira em relação aos membros do Comitê de Auditoria pelo período anterior ao da vigência vigente; 4) Agnora e Plasmalona de Raimondinho dos Reis e ocorridos; 5) Agnora e Almerio do grupo 19 do Estatuto Social da Companhia para incluir a descrição específica - "Invenção de Fúndios" como função de um diretor, Mesa de Trabalho; Presidente; Luiz Tavares Flávia Filho Secmário André Luis Paiva; Deliberação Após exame e discussão os acionistas presentes passaram à elaboração das reuniões a serem realizadas. São Assinaturas Cartas Circulares: 1) Agnora, por unanimidade, o Conselho de Administração e os Demonstradores Financeiros referentes ao exercício de 2008, acompanhado do parecer do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e dos Analistas Independentes sobre as práticas contábeis ocorrido em 31 de dezembro de 2008; 2) Agnora e Almerio, com a maioria simples de 2008 no momento da realização das reuniões do Grupo Unificado, do ano de 2008, nos seguintes termos: (a) R\$ 33.037,50, quanto a cinco ações de 2008, não são, nem a qualquer tempo serão, direitos legais; e (b) R\$ 1.211.784 de juros milhas, aumentos e ouso ml selaciono e oferta e quatro reus e quarente a quatro centavos) como receita estatística; 3) Agnora, por unanimidade, a proposta de distribuição de dividendos mínimos de 25% no valor de R\$ 43.929,13 (quatrocentos e trinta ml, novecentos e vinte e oito reais e quinze centavos) calculados sob base no lucro líquido ajustado, apurado na data base de 31 de dezembro de 2008; 4) Esopor por unanimidade, para ocupar de cargos de conselheiros do Conselho de Administração da Companhia, logo na forma do Acordo de Acções da Companhia; 5) Luiz Tavares Flávia Filho, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 29.332, Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.497-00, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Carlos Eduardo Gomes de Azevedo, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 41.1.05457-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 664.299.367-23, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como supLENTE; (6) Julio Cesar Alvares de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 373.024, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 593.106.857-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como titular, e Alcegar Rodrigues Ferreira Junior, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 15.884.673, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.888.968-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (7) Osvaldo Pimenta Gammon, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 19.172.310-4, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.04.107-38, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Bernardo Gleichmann, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 0001941-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 664.605.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como supLENTE; (8) Laura Magne Agriles, brasileira, casada, administradora de empresas, titular do documento de identidade nº 15.888.003, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.172.861-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular, e Carlos Eduardo Gomes de Azevedo, brasileiro, casado, empresário, titular do documento de identidade nº 15.847.790-3, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.483.618-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (9) Caetano Milano Garmes, brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 2.294.687-0, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.044.1258-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Sidney Mayra Monteiro, brasileira, casada, economista, titular do documento de identidade nº 1.039.874-43, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.911-43, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como supLENTE; (10) Tarciso de Saqui Kamamura, japonês, casado, acadêmico, titular do documento de identidade RNE nº WZ48.837-E, inscrito no CPF/MF sob o nº 872.475.325-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Angel Abe, japonês, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº WZ5B00-7, expedido pelo CGPM/DREX/DPE, inscrito no CPF/MF sob o nº 935.993.098-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (11) Jureldino Cavalcante Braga, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 734.206, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.287.161-68, residente e domiciliado em Brasília, como titular; e César Lopes Souza, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 55.828.341-4, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 935.993.098-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (12) Jureldino Cavalcante Braga, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 05.848.177-4, expedido pelo SPJR, inscrito no CPF/MF sob o nº 612.495.871-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Lauriano Tadeu Tavares, brasileiro, acadêmico, titular do documento de identidade nº 13.517.092-2, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.083.079-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (13) Mauro César Wallace, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 19.202.18, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.083.079-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Carlos Eduardo Gomes de Azevedo, brasileiro, casado, acadêmico, titular do documento de identidade nº 6.132.174, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 870.083.008-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (14) Neise Bellini Bordin, brasileira, divorciada, titular do documento de identidade nº 7.362.118-2, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 7.362.100.738-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Leandro dos Santos Vicente, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 14.028.528-0, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.923.268-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como supLENTE; (15) Muelo Moraes de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.808.054-15, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Jorge Carvalho, brasileiro, separado, titular do documento de identidade nº 1.412.023, expedido pelo IFPR, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.888.817-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como supLENTE.

(ii) **Ernesto Lelis Pedrosa Júnior**, brasileiro, casado, agricultor, titular do documento de identidade nº 513.153-7, expedido pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.341.859-19, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como **titular**, e **Adriano de Almeida Medeiros**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, **titular** do documento de identidade nº 1.102.739-7, expedido pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 441.300.339-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como **titular**, e **Albino de Moura de Sousa**, brasileiro, solteiro, administrador, **titular** do documento de identidade nº 18.100, expedido pelo CERSUL, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.847-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**; (iii) **Marcelino Medeiros**, brasileiro, casado, advogado, **titular** do documento de identidade nº 4.750.22, expedido pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.688.888, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como **titular**, e **Laila Eduardo Fidalgo**, brasileiro, casado, advogado, **titular** do documento de identidade nº 84.006, expedido pelo CARM, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.470.147-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**; e (iv) **Edson de Sá**, brasileiro, casado, empresário, **titular** do documento de identidade nº 208.846-23, expedido pelo PFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 500.155.577-47, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como **titular**; e **ER Nunes de Alcantara Bezerra**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, **titular** do documento de identidade nº 318579-8, expedido pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 172.128.915-5, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como **titular**, e **Roberto de Deus da Descalva**, do Conselho relativo aos conselheiros que não integram a Administração na Companhia sob publicação nas páginas do "Jornal Valor Econômico" (jornal nacional), nos dias 11 e 12 de março de 2009, nas páginas C5 e C6, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração que eletos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária e se realizada no exercício de 2010, permanecendo em 2010 **Grizael de S. Invernizzi** da Nova Administração. A posse dos membros do Conselho de Administração deverá ser mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração que eletos deverão ter conhecimento das regras de validade de sua eleição, decorrente da aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 15 de dezembro de 1978, e deverão estar devidamente inscritos em nenhum outro Conselho de Administração atividade mercantil e, ainda, não estiverem inabilitados para tanto, nos termos da Lei. Os Conselheiros eletos deverão, por fim, dar ciência dos resultados previstos na Resolução nº 85/2007 e 13/2007/00, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, os resultados deverão ainda, por unanimidade, e remuneração global dos administradores para o ano de 2009, desde lá fixada no montante de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentas e trinta mil reais). Os representantes do Conselho deverão receber das assembleias, por voto de maioria simples, de 1/3 do total de 15 de dezembro de 1978, 1/3 (um terço) até o dia 31 de dezembro de 2009, e 2/3 (dois terços) até o dia 31 de dezembro de 2010, e 3/4 (três quartos) até o dia 31 de dezembro de 2011, e 4/5 (quatro quintos) até o dia 31 de dezembro de 2012, e 5/6 (cinco sextos) até o dia 31 de dezembro de 2013, e 6/7 (seis sétimos) até o dia 31 de dezembro de 2014, e 7/8 (sete oitavos) até o dia 31 de dezembro de 2015, e 8/9 (oito nonos) até o dia 31 de dezembro de 2016, e 9/10 (nove décimos) até o dia 31 de dezembro de 2017, e 10/11 (dez onze avos) até o dia 31 de dezembro de 2018, e 11/12 (onze doze avos) até o dia 31 de dezembro de 2019, e 12/13 (doze treze avos) até o dia 31 de dezembro de 2020, e 13/14 (treze catorze avos) até o dia 31 de dezembro de 2021, e 14/15 (quatorze quinze avos) até o dia 31 de dezembro de 2022, e 15/16 (quinze dezesseis avos) até o dia 31 de dezembro de 2023, e 16/17 (dezesseis dezessete avos) até o dia 31 de dezembro de 2024, e 17/18 (dezessete dezoito avos) até o dia 31 de dezembro de 2025, e 18/19 (dezoito dezenove avos) até o dia 31 de dezembro de 2026, e 19/20 (dezenove vinte avos) até o dia 31 de dezembro de 2027, e 20/21 (vinte vinte e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2028, e 21/22 (vinte e um vinte e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2029, e 22/23 (vinte e dois vinte e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2030, e 23/24 (vinte e três vinte e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2031, e 24/25 (vinte e quatro vinte e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2032, e 25/26 (vinte e cinco vinte e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2033, e 26/27 (vinte e seis vinte e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2034, e 27/28 (vinte e sete vinte e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2035, e 28/29 (vinte e oito vinte e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2036, e 29/30 (vinte e nove trinta avos) até o dia 31 de dezembro de 2037, e 30/31 (trinta trinta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2038, e 31/32 (trinta e um trinta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2039, e 32/33 (trinta e dois trinta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2040, e 33/34 (trinta e três trinta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2041, e 34/35 (trinta e quatro trinta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2042, e 35/36 (trinta e cinco trinta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2043, e 36/37 (trinta e seis trinta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2044, e 37/38 (trinta e sete trinta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2045, e 38/39 (trinta e oito trinta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2046, e 39/40 (trinta e nove quarenta avos) até o dia 31 de dezembro de 2047, e 40/41 (quarenta quarenta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2048, e 41/42 (quarenta e um quarenta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2049, e 42/43 (quarenta e dois quarenta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2050, e 43/44 (quarenta e três quarenta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2051, e 44/45 (quarenta e quatro quarenta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2052, e 45/46 (quarenta e cinco quarenta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2053, e 46/47 (quarenta e seis quarenta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2054, e 47/48 (quarenta e sete quarenta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2055, e 48/49 (quarenta e oito quarenta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2056, e 49/50 (quarenta e nove cinquenta avos) até o dia 31 de dezembro de 2057, e 50/51 (cinquenta cinquenta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2058, e 51/52 (cinquenta e um cinquenta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2059, e 52/53 (cinquenta e dois cinquenta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2060, e 53/54 (cinquenta e três cinquenta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2061, e 54/55 (cinquenta e quatro cinquenta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2062, e 55/56 (cinquenta e cinco cinquenta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2063, e 56/57 (cinquenta e seis cinquenta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2064, e 57/58 (cinquenta e sete cinquenta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2065, e 58/59 (cinquenta e oito cinquenta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2066, e 59/60 (cinquenta e nove sessenta avos) até o dia 31 de dezembro de 2067, e 60/61 (sessenta sessenta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2068, e 61/62 (sessenta e um sessenta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2069, e 62/63 (sessenta e dois sessenta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2070, e 63/64 (sessenta e três sessenta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2071, e 64/65 (sessenta e quatro sessenta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2072, e 65/66 (sessenta e cinco sessenta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2073, e 66/67 (sessenta e seis sessenta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2074, e 67/68 (sessenta e sete sessenta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2075, e 68/69 (sessenta e oito sessenta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2076, e 69/70 (sessenta e nove setenta avos) até o dia 31 de dezembro de 2077, e 70/71 (setenta setenta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2078, e 71/72 (setenta e um setenta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2079, e 72/73 (setenta e dois setenta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2080, e 73/74 (setenta e três setenta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2081, e 74/75 (setenta e quatro setenta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2082, e 75/76 (setenta e cinco setenta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2083, e 76/77 (setenta e seis setenta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2084, e 77/78 (setenta e sete setenta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2085, e 78/79 (setenta e oito setenta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2086, e 79/80 (setenta e nove oitenta avos) até o dia 31 de dezembro de 2087, e 80/81 (oitenta oitenta e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2088, e 81/82 (oitenta e um oitenta e dois avos) até o dia 31 de dezembro de 2089, e 82/83 (oitenta e dois oitenta e três avos) até o dia 31 de dezembro de 2090, e 83/84 (oitenta e três oitenta e quatro avos) até o dia 31 de dezembro de 2091, e 84/85 (oitenta e quatro oitenta e cinco avos) até o dia 31 de dezembro de 2092, e 85/86 (oitenta e cinco oitenta e seis avos) até o dia 31 de dezembro de 2093, e 86/87 (oitenta e seis oitenta e sete avos) até o dia 31 de dezembro de 2094, e 87/88 (oitenta e sete oitenta e oito avos) até o dia 31 de dezembro de 2095, e 88/89 (oitenta e oito oitenta e nove avos) até o dia 31 de dezembro de 2096, e 89/90 (oitenta e nove noventa avos) até o dia 31 de dezembro de 2097, e 90/91 (noventa noventa e um avos) até o dia 31 de dezembro de 2098, e 91/92 (noventa e um noventa e dois avos) até o dia 31 de dezembro de

[illegible]

130 OFFICIO DE NOTAS
Rua do Comércio - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 210-2100000
Fax: 210-2100000
E-mail: notas@notas.com.br
Site: www.notas.com.br

Cartório e Not. de 1ª e 2ª Instância
Original que foi apresentado, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659,

[illegible]

[illegible][illegible][illegible]

[illegible]

[illegible]



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassu Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

CARTÓRIO DO 17º
Geovani Alves
Caribe
 Presidente
 OAB nº 1919
 São Luís - RI
 2013-2015

17º OFFÍCIO DE NOTAS
 Rua do Comércio, 17 - Centro - São Luís - RI
 Fone: (98) 324.1111 - Fax: (98) 324.1112
 E-mail: cartorio17@notasri.org.br
 Site: www.cartorio17.org.br

Certifico e não se que a presente
 original que foi assinada em
 Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2014.
 Geovani Alves
 Presidente
 OAB nº 1919
 São Luís - RI
 2013-2015



2530831

diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

André Leal Faoro
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
Nº: 33.0029476-5	
Protocolo: 00-2014/126431-4 - 08042014	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
É DATA ABAIXO	
00002614223 DATA: 10/04/2014	 Valéria M. Serra SECRETARIA GERAL

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

[illegible]